

Influência das características sociodemográficas no desempenho financeiro de micro e pequenas empresas do turismo rural

Influence of sociodemographic characteristics on the financial performance of micro and small businesses in rural tourism

Adilson Cunha COSTA ¹

Recebido: 04/12/2017 • Aprovado: 12/01/2018

Conteúdo

- [1. Introdução](#)
 - [2. Metodologia](#)
 - [3. Resultados e discussão](#)
 - [4. Conclusões](#)
- [Referências bibliográficas](#)

RESUMO:

Esse artigo tem por objetivo analisar se as características sociodemográficas dos gestores e das micro e pequenas empresas- MPEs de turismo rural têm influência no desempenho financeiro dessas empresas. Justifica-se esse estudo pela escassez de pesquisas sobre MPEs localizadas na zona rural de um município, e, muito menos, sobre o seu desempenho financeiro, nesse tipo de localidade. Os resultados indicam que o tamanho e o tempo de atuação no mercado são relevantes na análise do desempenho financeiro de MPEs de turismo rural.

Palavras-Chave: MPEs, turismo rural, desempenho financeiro.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to analyze whether the socio-demographic characteristics of managers and micro and small enterprises - MPEs in rural tourism have an influence on the financial performance of these companies. This study is justified by the scarcity of research on MPEs located in the rural area of a municipality, let alone on their financial performance, in this type of locality. The results indicate that the size and time of market performance are relevant in the analysis of the financial performance of rural tourism MSEs.

Keywords: Micro and Small Business, rural tourism, financial performance.

1. Introdução

É notório, nos últimos anos, a importância das micro e pequenas empresas- MPEs para a conjuntura econômica de qualquer país. No cenário mundial essas empresas são responsáveis por dois terços do emprego, de acordo com a 104ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça, em 2015. Nos Estados Unidos dois quintos do produto nacional bruto- PNB são gerados pelas MPEs, que também preenchem 57,3% da empregabilidade formal da mão de obra no setor privado desse país (Figueiredo, 2012).

No Brasil, os resultados apontados pelas pesquisas realizadas são bastante favoráveis, para esse tipo de empresa, principalmente nos aspectos geração de empregos, renda, crescimento econômico e inclusão social (Elias & Paldes, 2015). As MPEs, em nosso país, representam 99% das organizações aqui instaladas e quase 70% da mão de obra empregada, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014). Elas já são as principais geradoras de riqueza em quase todos os segmentos da nossa economia: representam 53,4% do Produto Interno Bruto- PIB do comércio, 22,5% do PIB da indústria e do setor de serviços já alcançam mais de um terço da produção brasileira (SEBRAE, 2014).

Na geração de empregos, por segmentos da economia, as MPEs do setor do comércio empregam aproximadamente 69,5% de trabalhadores; no ramo de serviços, geram 43,5% de postos de trabalhos formalizados e no segmento industrial, 42%, dos empregos foram preenchidos por esse porte de empresa (SEBRAE, 2014).

As MPEs estão presentes desde os bairros das pequenas cidades, região urbana ou rural, até os grandes centros das metrópoles brasileiras, demonstrando, também, dessa forma, a sua representatividade pelo número de estabelecimentos distribuídos em todas as unidades da nossa Federação (SEBRAE, 2014). Além do que elas ocupam cerca de 90% das empresas do setor de turismo brasileiro (SEBRAE, 2013). Diante desse cenário, é cada vez mais evidente o espaço ocupado por essas organizações.

Não obstante, nos últimos anos, vários estudos sobre as MPEs suscitaram interesse de pesquisadores, a literatura voltada para a realidade dessas empresas, no setor rural, ainda é escassa, principalmente na esfera turística. Por isso, essa pesquisa justifica-se, além das motivações já elencadas também pela carência de pesquisas sobre MPEs localizadas na zona rural turística de um município, e, muito menos, sobre o seu desempenho financeiro, operando nesse tipo de localidade e setor.

Nesse contexto, esse artigo tem por objetivo analisar se as características sociodemográficas dos gestores e das MPES localizadas na colônia mergulhão, área rural e turística do município de São José dos Pinhais- Paraná, Brasil, têm influência no desempenho financeiro dessas empresas. Para alcançar tal objetivo, foram estabelecidas as seguintes hipóteses da pesquisa:

H1: MPEs de turismo rural que têm gestores com mais idade têm melhor desempenho financeiro.

H2: MPES de turismo rural com gestores com experiência em gestão têm melhor desempenho financeiro.

H3: O porte das MPES de turismo rural influencia no seu desempenho financeiro.

H4: MPES de turismo rural que utilizam colaboradores familiares e não familiares do proprietário ou gestor têm melhor desempenho financeiro.

H5: MPES de turismo rural que utilizam somente colaboradores familiares do proprietário ou gestor têm melhor desempenho financeiro.

H6: MPES de turismo rural que utilizam somente colaboradores não familiares do proprietário ou gestor têm melhor desempenho financeiro.

H7: O tempo de existência das MPES de turismo rural tem influência no seu desempenho financeiro.

1.1. Conceito de Micro e Pequena Empresa

No Brasil, não existe consenso sobre a definição do que é uma micro e pequena empresa. Porém o que há são vários critérios para o seu enquadramento, tanto por parte de leis específicas da esfera governamental para esse tipo de organização, como das instituições financeiras oficiais e dos organismos que representam esse segmento (Santos, Silva & Neves et al., 2011). Esses critérios geralmente baseiam-se em variáveis quantitativas, qualitativas ou ambas (Leone & Leone, 2012).

Entretanto, leva-se mais em consideração critérios quantitativos, utilizando-se com mais frequência nesse aspecto o do faturamento bruto anual, número de pessoas empregadas, vendas, etc. (Leone & Leone, 2012; Ipea, 2012). A seguir destacam-se algumas das formas mais utilizadas nas publicações brasileiras.

O SEBRAE (2014), levando em consideração o setor econômico e o número de vínculos empregatícios, define microempresas do setor da indústria aquelas com até 19 funcionários e do comércio e serviços, com até 9 funcionários. Já as pequenas empresas da indústria são aquelas com 20 a 99 funcionários e do comércio e serviços com 10 a 49 funcionários. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por ser um órgão de financiamento, que busca ajudar as empresas no desenvolvimento econômico, como garantia de retorno do empréstimo concedido, classifica as MPES de acordo com a receita operacional bruta anual. Ou seja, para o enquadramento em microempresa, segundo o BNDES (2016), a receita operacional bruta anual não deve ultrapassar a 2,4 milhões de reais e em pequena empresa, acima de 2,4 milhões de reais e até 16 milhões de reais anual.

O Ministério do Trabalho e Emprego- MTE (2012) considera as micro e pequenas empresas conforme o número de vínculos empregatícios, por meio dos dados levantados na Relação Anual de Informações Sociais. Já a Lei Complementar Federal Brasileira nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações, apresenta os seguintes critérios para a classificação de uma MPE: a) Microempresa precisa ter receita operacional bruta anual em reais menor ou igual a 360.000,00; b) Pequena Empresa deve ter receita operacional bruta anual, maior que 360.000,00 e até 3.600.000,00.

Diante de vários critérios para se classificar as MPES no Brasil, definir o melhor, segundo a literatura, torna-se difícil, uma vez que não há um consenso quanto a melhor classificação dessas organizações no país. Porém, segundo Leone e Leone (2012), geralmente é utilizado o critério adotado pelo SEBRAE (2014), porque esse é um dos mais divulgados e de mais fácil acesso a dados. Ainda, segundo o referido autor, essa informação não pertence a um banco de dados confidencial.

1.2. O desempenho financeiro em Micros e Pequenas Empresas de turismo rural

Em razão da grande competitividade, nos dias atuais, torna-se importante que as empresas, independentemente de qualquer porte ou segmento, busquem implantar sistemas de medição de desempenho. Avaliar o desempenho torna-se essencial porque ajuda a organização garantir "a conformidade, verificar e questionar" (Haubert & Nascimento, 2013: p. 8). Em outras palavras, permite entender como ela está progredindo, no sentido de alcançar seus objetivos, por meio do monitoramento contínuo daquilo que foi planejado. (Dutra e al., 2014; Souza et al., 2014).

No caso do desempenho financeiro, destaca-se a necessidade de sua avaliação em razão de que as organizações são criadas para alcançar resultados favoráveis (Carvalho et al., 2010) e, por isso, mensurá-lo torna-se crucial (Macedo et al., 2012). Ela quando corretamente executada assegura um importante apoio às decisões a serem tomadas dentro de qualquer organização (Ribeiro, 2012). Existem várias maneiras ou diferentes tipos de indicadores de desempenho financeiro, porém, escolher indicadores mais acertados, para avaliar as organizações, muitas vezes, não deixa de trazer consigo uma certa subjetividade (Souza et al., 2016; Nascimento et al., 2011).

Alguns autores apresentam duas formas de mensuração de desempenho financeiro: uma objetiva e a outra subjetiva (Lopes Junior & Câmara, 2017; Landry & Schiehl, 2014; Wegner & Misocsky, 2010; Franceschini et al., 2008; Carneiro et al., 2005). A primeira é baseada, por exemplo, em dados financeiros, contábeis e econômicos como faturamento, número de funcionários, resultado operacional, etc. e a segunda, na opinião dos respondentes sobre um determinado aspecto do performance da organização (Palma et al., 2014; Schmidt & Bohnenberger, 2009).

Nas micro e pequenas empresas, quando se trata de avaliar o seu desempenho, seja pelos aspectos objetivos ou subjetivos, torna-se ainda mais complicado, pelo motivo de que esse tipo de avaliação quase não existe nessas empresas (Santana et al., 2016; Cardoso & Raimundo, 2014; Bortoluzzi et al., 2010;). Além disso, as exigências legais, tributárias e contábeis para as MPES são menos complexas, resultando, por exemplo, em controles contábeis e financeiros básicos, na falta de uma contabilidade estruturada para a elaboração de demonstrações contábeis adequadas e em dados fornecidos não completos e nem precisos. (Reis Neto et al., 2013).

Dentro dessa realidade, e considerando também que as MPES têm aspectos organizacionais e características peculiares que as distinguem das grandes empresas como a centralização das decisões na pessoa do seu proprietário e a sua estrutura organizacional simples, que, de uma forma ou outra, acabam sendo determinantes para o seu desempenho financeiro (Espejo & Leite, 2016), é necessário propor novas formas de medida de desempenho para esse tipo de empresa, levando em conta essas particularidades (Souza & Correa, 2014).

E, a partir disso, a utilização de dados sociodemográficos de micro e pequenas empresas, para estudos sobre essas organizações, por incluir as características dessas empresas e do seu proprietário ou gestor, para compreender melhor algumas das particularidades desse tipo de estabelecimento, vem tendo o respaldo da literatura especializada análoga ao assunto.

Dessa literatura, destacam-se, por incluírem em suas análises variáveis referentes ao perfil do gestor e do empreendimento em relação ao desempenho financeiro de MPES, o estudo empírico de Leite & Espejo (2016) que analisou o desempenho de micro e

pequenas empresas a luz das características do empreendedor gestor e do controle gerencial; concluindo que as características do gestor e do controle gerencial têm impacto no desempenho MPEs.

Souza & Correia (2014), em trabalho que se avaliou as pequenas e médias empresas, através de indicadores de mensuração de desempenho, buscaram compreender se as características organizacionais desse tipo de organização influenciam no emprego de indicadores de mensuração de desempenho. E chegaram aos seguintes resultados: há uma certa relação entre o tamanho da organização (esta variável representada pelo número de empregados) e a utilização de indicadores financeiros; existe associação entre faturamento e emprego de indicadores financeiros e não financeiros; e também há ligação entre a utilização de práticas de gestão e o emprego de indicadores financeiros.

Raifur (2013) abordou sobre os fatores determinantes do desempenho de pequenas e médias empresas. A investigação concluiu que o tamanho da organização, experiência no ramo de atividade, experiência profissional e características gerenciais do empreendedor afetam o desempenho das MPEs. Sendo que esses atributos diretamente ligados com o gestor (inclusive o capital humano) mais a qualificação dos colaboradores são impactantes na sobrevivência e desempenho das MPEs.

Bomfim et al., (2013), procuraram identificar em seus estudos quais os indicadores de desempenho são mais empregados pelas MPEs localizadas na cidade de João Pessoa/PB, relacionando-os com características ligadas ao perfil dos gestores e ao tempo de funcionamento dessas empresas no mercado. Os resultados indicaram que a experiência dos gestores pode influenciar na escolha dos indicadores de desempenho que são utilizados pelas organizações pesquisadas. Porém, as variáveis tempo de existência das empresas no negócio, gênero e a formação dos gestores não mostraram relação com o desempenho financeiro no modelo testado pelos referidos autores. Além disso, a pesquisa de Pederson & Sudzina (2012) demonstrou que o tamanho da organização possui uma certa relação positiva com alguns direcionadores entre eles o desempenho financeiro.

Por fim, em razão da limitação de se encontrar medidas de desempenho próprias para MPEs, e levando em consideração que “a maioria das variáveis que medem o desempenho de uma organização são baseadas em dados financeiros tais como rentabilidade e média do faturamento” (Freire, 2016: p.2), adotou-se, para essa pesquisa, esse último critério como indicador de medida do desempenho financeiro. Ademais, justifica-se a escolha dessa variável, pelo fato de que “qualquer impacto no faturamento pode afetar diretamente outros itens de funcionamento das MPEs, principalmente nas entradas e saídas de recursos financeiros” (Lemos & Picchiali, 2014: p.16).

2. Metodologia

2.1 Natureza da pesquisa, universo da amostra e instrumento de coleta dos dados

Em termos metodológicos, essa pesquisa foi quantitativa porque foram colhidos dados numéricos de uma determinada amostra, testada algumas hipóteses formuladas, verificada a relação entre variáveis e empregado técnicas de estatísticas univariadas, bivariadas e multivariadas na análise dos dados coletados (Broilo et al., 2014; Hair Jr. et al., 2016). É também de natureza descritiva, em virtude de que se procurou identificar, descrever, classificar e interpretar as características do perfil de um determinado fenômeno (Gil, 2010), ou seja, neste caso, de uma determinada localidade rural e turística, de dirigentes e MPES desse lugar.

A amostra da presente pesquisa caracterizou-se como não probabilística, selecionada por conveniência e não aleatoriamente (Malhotra, 2012), porque os 32 estabelecimentos das MPEs do turismo rural foram escolhidos conforme a acessibilidade ou disponibilidade em colaborar com o estudo. Utilizou-se, como principal instrumento de pesquisa, um questionário estruturado com 13 perguntas fechadas para o levantamento dos dados das variáveis sociodemográficas e da variável desempenho financeiro dessas MPEs.

2.2 Descrição dos procedimentos da análise dos dados

Os dados coletados, através do questionário aplicado, foram analisados através das técnicas de estatísticas univariadas, bivariadas e multivariadas. A primeira é utilizada para analisar apenas uma variável de cada vez; a segunda, para verificar o relacionamento entre duas variáveis simultaneamente. E a terceira examina, ao mesmo tempo, muitas variáveis em uma única relação ou conjunto de relações (Caten et al., 2016; Pereira & Romão, 2015)

Primeiramente, por meio da técnica univariada de estatística descritiva, foram organizados, tabulados e analisados os dados sociodemográficos. Posteriormente, aplicou-se o teste paramétrico de correlação de Pearson, que mede a intensidade de relação linear entre duas variáveis. Essa prova pode ter resultados entre -1 e 1, significando que quanto mais próximo estiver desses extremos maior será a correlação entre as variáveis (Hair Jr. et al., 2016; Malhotra, 2012). No caso dessa pesquisa, buscou-se verificar se as variáveis independentes tinham alguma associação com a variável dependente, a um nível de significância de 0,05, aceitando-se que há correlação entre as variáveis quando o resultado estiver abaixo desse valor (Hair Jr. et al., 2016).

A partir das possíveis relações encontradas na aplicação da prova paramétrica de correlação de Pearson, foi empregada a técnica multivariada da regressão linear múltipla cuja função é mostrar até que ponto duas ou mais variáveis independentes têm influência em uma variável dependente dentro do modelo testado (Hair Jr. et al., 2016; Maroco, 2014). Nesse caso, analisou-se quais das variáveis do perfil sociodemográfico (variáveis independentes) tinham influência sobre o desempenho financeiro (variável dependente).

Além disso, para a validação do modelo aplicado da regressão linear múltipla, foram verificados os seguintes pressupostos: inexistência de autocorrelação dos resíduos, homocedasticidade ou linearidade dos resíduos, normalidade dos resíduos, colineariedade das variáveis independentes, ausência de erros de especificação e falhas estruturais não encontradas no modelo da regressão linear (Hair Jr. et al., 2016; Maroco, 2014).

3. Resultados e discussão

3.1 Perfil sociodemográfico dos gestores respondentes e das suas MPEs

Observou-se, nas 32 MPES partícipes do estudo, que 96,88% dos entrevistados foram os próprios proprietários, confirmando-se que nesse tipo empresa, na sua maioria, são os próprios donos que exercem a administração (Francisco & Erculano, 2015). Desses proprietários, 20 são do sexo masculino e 12 do sexo feminino, correspondendo a, em percentuais, 62,50% de homens e 37,50% de mulheres. Sendo que as respondentes do sexo feminino aparecem, em sua maioria, administrando o ramo da gastronomia (setor

comércio/serviços). Nas pesquisas nacionais, em relação ao gênero dos respondentes, também, há a preponderância de homens como proprietários das MPEs (SEBRAE, 2014).

Em relação à faixa etária dos gestores, constatou-se que 62,50% têm idade acima de 40 anos; destes, 50,00%, ultrapassaram os 50 anos. Os outros gestores, de idade igual ou inferior a 40 anos, representam 37,50% do total dos respondentes. Os micro e pequenos empresários jovens dessa pesquisa (faixa etária até 30 anos), representam 15,63% do total. Em tese, isso demonstra que os gestores pesquisados são em sua maioria maduros.

No aspecto escolaridade, a maioria dos gestores cursou, no mínimo, ensino médio (59,37%) e os que têm até ensino fundamental completo, correspondem a 31,25%. As pesquisas, a nível nacional, em termos de escolaridade dos micro e pequenos empresários, mostram que 47% deles têm estudo até o ensino médio completo (Bolognesi & Prado, 2016). E em termos de experiência profissional anterior, do atual proprietário e gestor das MPEs pesquisadas, apenas 15,62% exerciam alguma atividade ligada à administração, micro empreendedorismo ou a de comerciante e 50% estavam ligados ao trabalho na agricultura familiar.

Nota-se, no quesito ramo de atividade, que 34,38% das MPES são do ramo de comércio e indústria, mais especificamente produtoras e comercializadoras do vinho. No setor comércio e serviço, há 46,88% dos estabelecimentos pesquisados, todos pertencentes ao ramo da gastronomia. Esses dados corroboram com as pesquisas nacionais em que também nos segmentos comércio e serviços se concentram mais empreendimentos de MPEs (SEBRAE, 2014).

No que diz respeito à longevidade das empresas, a maioria, 18 empresas, concentram-se na faixa de 11 a 18 anos de existência na região, representando em percentuais no total 56,25%. Entre 6 e 10 anos tem-se 4 estabelecimentos (12,50%) e na faixa de 1 a 5 anos, 31,25% das empresas; e o segmento com organizações com mais idade é o da indústria e comércio. Infere-se que a maioria dessas MPEs já alcançou o estágio de maturidade, que ocorre quando se ultrapassa cinco anos de sobrevivência (SEBRAE, 2014).

Perguntando-se aos gestores, sobre a principal motivação para a constituição do estabelecimento no local, a pesquisa constatou que 40,63% dos gestores pesquisados iniciaram seus negócios em razão da tradição familiar, ou seja, porque a família pais ou avós já tinham anteriormente uma atividade ou negócio no local, principalmente, referente à atividade da agricultura familiar. Do ponto de vista histórico, a tradição familiar, no local, justifica-se porque a maioria dos estabelecimentos pertencem a famílias de descendência italiana e polonesa que se estabeleceram na região e viviam da agricultura familiar ou da produção do vinho para consumo próprio e local (Corona, 2011).

O segundo fator mais citado na pesquisa para a abertura do negócio foi o fato de o proprietário conhecer o ramo do negócio (28,12%). E o terceiro foi uma nova oportunidade de negócio com 9,37%. Na questão número de funcionários contratados, de acordo com o ramo de atividade, o segmento do comércio e serviços emprega mais, 72,15% do total. Nesse setor os que mais contratam são os estabelecimentos da área da gastronomia. A atividade indústria e comércio admitem apenas 11,81%, no geral, 46,41% são mão de obra familiar e 53,59% são pessoas contratadas fora da família do proprietário.

Em relação ao porte da empresa, classificadas de acordo com o faturamento bruto anual, seguindo o critério da Lei nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e atualizações- Simples Nacional, o resultado mostra a predominância das microempresas em relação às de pequeno porte, uma vez que aquelas são 78,13% do total e as pequenas empresas correspondem apenas a 21,87%.

Pelo levantamento também dos valores econômicos dos empreendimentos do turismo rural estudados, constatou-se que o faturamento bruto anual informados pelos gestores tem média, em geral, em torno de 175.450,00 (reais). A maior faixa de concentração do faturamento bruto das organizações mais antigas se concentram acima de 360 mil reais, enquanto a das mais novas entre 60 e 120 mil reais. As empresas com mais de cinco (5) anos de existência no local possuem melhor faturamento bruto anual, em relação aos estabelecimentos com até cinco (5) anos de funcionamento na região. E no que se refere ao resultado líquido alcançado, para a maioria dos respondentes (53,12%), é o lucro.

3.2 Resultados através das técnicas de estatísticas bivariadas e multivariadas

Para a avaliação de quais variáveis independentes, de fato, das hipóteses levantadas, tinham alguma relação com a variável desempenho financeiro, para, assim, definir o modelo inicial da regressão linear a ser testado, foi aplicada a prova paramétrica da correlação de Pearson. Considerou-se um nível de significância igual a 0,05 e, em razão disso, se o valor da coluna P- valor for < 0,05, há correlação entre as variáveis testadas, caso contrário não.

Tabela 1
Correlação de Pearson entre variáveis independentes e o desempenho financeiro

Variáveis independentes	Correlação de Pearson	P- valor
Experiência anterior na gestão.	0,054	0,771
Idade dos gestores.	0,046	0,807
Tempo existência das empresas.	0,418	0,019 **
Número de colaboradores familiares e não familiares.	0,491	0,005 **
Número de colaboradores da família do proprietário.	0,310	0,090
Número de colaboradores não familiares do proprietário.	0,411	0,022 **
Porte das empresas	0,523	0,003 **

Nota: p-valor < 0,05** (nível de confiança 95%)
Fonte: Dados da pesquisa (2017). Extraídos do software SPSS 19.0.

Os resultados da tabela 1 mostram que há associação do desempenho financeiro (média faturamento) com as seguintes variáveis

sociodemográficas (independentes) das hipóteses levantadas: o tempo de existências das empresas (p-valor=0,019), o número de colaboradores familiares e não familiares dos proprietários das MPEs (p-valor= 0,005), o número de colaboradores não pertencente à família do dono ou gestor da empresa (p-valor= 0,022) e porte das empresas (p-valor= 0,003).

A partir dessas correlações (tabela 1), foi realizada a análise de regressão linear, objetivando verificar quais das variáveis independentes correlacionadas com a variável dependente tinham influência sobre esta última. Utilizou-se o método de regressão linear múltipla, que tem como objetivo testar o grau de relacionamento entre uma variável dependente e duas ou mais variáveis independentes, (Hair Jr. et al., 2016). Foram excluídas da análise as variáveis que não se correlacionaram com a variável dependente (tabela 1): idade dos gestores, experiência anterior de gestão e número de colaboradores da família do proprietário do estabelecimento.

O modelo da equação testado foi o seguinte:

$$DF = \beta_0 + \beta_1TE + \beta_2PE + \beta_3CT + \beta_4CNF.$$

Sendo que:

DF- representa a variável dependente: o desempenho financeiro das MPEs (faturamento médio).

TE- o tempo de existência das empresas.

PE- o porte da empresas.

CT- o número de colaboradores familiares e não familiares.

CNF- o número de colaboradores não familiares.

β_0 , β_1 , β_2 , β_3 e β_4 – representam os coeficientes a serem estimados das variáveis independentes. As tabelas 2,3 ,4 e 5 apresentam sequencialmente os indicadores de avaliação do modelo de regressão, os coeficientes de regressão, o teste a nova e os procedimentos realizados para validação do modelo.

Tabela 2
Coeficientes do modelo entre as variáveis demográficas e o desempenho financeiro

Modelo	Coeficientes não padronizados		T	Sig. P-valor	Estatísticas da coloneidade	
	β	Erro padrão.			Tolerância	VIF
(Constante)	1.891 0.610927	0,610	3,095	0,005**		
Tempo existência das empresas	1,613	0,460	3,504	0,001**		1,057
Número de colaboradores familiares e não familiares totais	0,110	0,289	0,3811	0,706		1,506
Porte da empresa	2,553	0,852	2,995	0,006**		1,475

Nota: p-valor < 0,05** (nível de confiança 99%)

Fonte: Dados da pesquisa (2017). Extraídos do software SPSS 19.0.

Nota-se na tabela 2, a um nível de significância de 0,05, que as variáveis tempo de existência das empresas (P-valor igual a 0,001) e o porte da empresa (P-valor igual a 0,006), influenciam a variável desempenho financeiro (Constante). Por outro lado, dessas duas variáveis, a que apresentou maior poder de explicação do desempenho financeiro, foi a do tempo da existência das empresas (tabela 2, coluna T, valor igual a 3,504). O número de colaboradores não apresentou resultado que demonstrasse influência no desempenho financeiro (P-valor 0,706), isso porque quando P-valor está acima do nível de significância, rejeita-se a hipótese de influência da variável independente na dependente.

Além disso, na tabela 3, o valor medido pelo R^2 (R- quadrado) explica o quanto as variáveis independentes influenciam na variação da variável dependente, ou seja, no caso do modelo testado, o tempo de existência e o porte da empresa explicam 49,70% (0,4970 x 100) na alteração no desempenho financeiro.

Tabela 3
Resumo do modelo de regressão linear múltipla

R- quadrado	R- quadrado ajustado	Erro padrão	Durbin- Watson
0,497	0,431	1,199	2,007

Fonte: Dados da pesquisa (2017). Extraídos do software SPSS 19.0.

O teste a NOVA, a nível de significância de 0,05, responde se o modelo ajustado é significativo. O p-valor de 0,001 (coluna Sig. P-valor), na tabela 4, indica que pelo menos uma das variáveis independentes exerce influência sobre o desempenho financeiro.

Tabela 4
Teste a NOVA

Modelo	Soma dos quadrados	Graus de liberdade	Media quadrática	F	Sig P-valor

Regressão	32,7461	3	10,9154	7,58338	0,001**
Residual	33,1057	23	1,4393		
Total	65,8519	26			

Nota: p-valor < 0,05 ** (nível de confiança 95%)
 Fonte: Dados da pesquisa (2017). Extraídos do software SPSS 19.0.

A partir desses resultados, extraiu-se a seguinte equação representativa das variáveis independentes influentes na variável dependente: $DF = 1,891 + 1,613 TE + 2,553 PE$. Foram também analisados os pressupostos para a validade do modelo da regressão que são: autocorrelação dos resíduos, normalidade dos resíduos, homocedasticidade, erro de especificação, ausência ou não de multicolinearidade e verificação da possibilidade de falha estrutural no modelo. O nível de significância adotado para se testar as conjecturas do modelo foi de 0,05 e os resultados foram apresentados na tabela 5.

Tabela 5
 Pressupostos testados para a validação da Regressão Linear Múltipla.

Pressupostos	Testes	Hipóteses
Autocorrelação dos resíduos	Durbin-Watson: Estatística DW = 2,007. Autocorrelação dos resíduos = -0,143.	Inexiste autocorrelação entre os resíduos.
Normalidade dos resíduos	Shapiro-Wilk: Estatística SW = P- valor = 0, 661	A distribuição dos resíduos é normal.
Homocedasticidade (Linearidade dos resíduos)	Teste de White: Estatística: F = 8,720 e P-valor = 0,366	A variância dos erros é constante.
Erro de especificação	Teste de Reset de Ramsey: F = 1,785 e P- valor = 0,192	Não há erros de medidas, nem exclusão de variável relevante.
Ausência ou não de multicolinearidade	Teste VIF (Fator de Inflação da Variância): VIF= 1,506, 1,057 e 1,475 pra as três variáveis.	Ausência de multicolinearidade
Verificação da possibilidade de falha estrutural no modelo	Teste de Chow: P- valor= 0,824	Não há falha estrutural no modelo.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).
 Extraídos dos softwares SPSS 19.0 e Gretl 1.9.12.

Para verificar se os erros eram independentes, ou seja, se não havia autocorrelação dos resíduos, foi utilizado o teste de Durbin-Watson; valores próximos de 2 indicam que os erros são independentes (Maroco, 2014). Com o resultado de 2,007, na tabela 5, foi satisfeita a primeira condição do modelo, ou melhor, os resíduos não se correlacionam.

Na análise se os resíduos seguiam uma distribuição normal ou não, a um nível de significância de 0,05, (valores acima deste rejeita-se a hipótese de que os resíduos não seguem uma distribuição normal), o resultado do P-valor igual a 0, 661 (tabela 5) atendeu a hipótese de rejeição, confirmando a normalidade dos resíduos. Assim, é atendida a segunda condição para a aplicação do modelo da regressão linear (HAIR Jr. et al., 2016).

Avaliando-se se as variáveis explicativas estavam muito correlacionadas (multicolinearidade), uma em função da outra, realizou-se o teste VIF (Fator de Inflação da Variância). Os valores resultantes da aplicação dessa prova indicam ausência de multicolinearidade (tabela 5) porque valores menores que cinco (5) satisfazem esse requisito. (HAIR Jr. et al., 2016).

O teste de White avaliou a homocedasticidade ou a linearidade ou não dos resíduos, analisando se a variância dos resíduos é constante (HAIR Jr. et al., 2016). Com o P-valor de 0,366 (tabela 5), atendeu-se também esse critério. Ademais, os testes de erro de especificação e o da verificação das possíveis falhas no modelo também foram satisfatórios, com P-valor acima de 0,05.

Portanto, após a validação do modelo de regressão linear, e constatado que as variáveis tempo de existência e porte impactam o desempenho financeiro das MPEs localizadas na colônia mergulhão, zona rural do município de São José dos Pinhais, chegou-se as seguintes respostas para as hipóteses levantadas para essa pesquisa (quadro 1).

Quadro 1
 Hipóteses testadas na pesquisa através do modelo da regressão linear múltipla

	Hipóteses	Resultado
H1	MPEs do turismo rural que têm gestores com mais idade têm melhor desempenho financeiro.	Rejeitada
H2	MPEs do turismo rural com gestores com experiência anterior em gestão têm melhor desempenho financeiro.	Rejeitada

H3	O porte das MPEs do turismo rural influencia no seu desempenho financeiro.	Aceita
H4	MPEs do turismo rural que utilizam colaboradores da própria família do proprietário possuem melhor desempenho financeiro.	Rejeitada
H5	MPEs do turismo rural que utilizam colaboradores fora da própria família do proprietário possuem melhor desempenho financeiro.	Rejeitada
H6	O tempo de funcionamento das MPEs do turismo rural têm influência no seu desempenho financeiro.	Aceita

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

4. Conclusões

Essa pesquisa buscou investigar se o perfil sociodemográfico das MPEs e de seus gestores têm influência no desempenho financeiro dessas empresas. A amostra foi não-probabilística formada por um grupo de 32 MPEs localizadas dentro de uma comunidade rural turística do município de São José dos Pinhais, do Estado do Paraná, Brasil.

Aplicou-se um questionário com 13 perguntas fechadas para levantar os dados das principais características dessas organizações e de seus dirigentes ou proprietários, bem como de seu desempenho financeiro, possibilitando assim testar as hipóteses levantadas e atingir o objetivo inicial traçado para o estudo.

Os dados coletados foram processados e analisados através das técnicas de estatísticas univariadas, bivariadas e multivariadas. Foram testadas seis hipóteses, constatando-se pela análise da aplicação do teste de correlação de Pearson que as variáveis independentes porte, tempo de existência das empresas e número de colaboradores tinham relação com a variável dependente desempenho financeira das empresas. Porém, com a aplicação da técnica multivariada da regressão linear múltipla demonstrou-se que somente duas hipóteses das testadas foram confirmadas: o porte e o tempo de existência dessas empresas influenciam no seu desempenho financeiro. Corroborando com parte da literatura especializada, que esses dois aspectos são relevantes na análise do desempenho financeiro de MPEs (Souza et al., 2014; Raifur, 2013; Pederson & Sudzina, 2012).

Ademais, ressalta-se as seguintes limitações desse estudo: a redução da pesquisa a um pequeno grupo de micro e pequenas empresas de uma localidade e o tipo de amostragem (não probabilística). Por outro lado, destaca-se que a pesquisa contribuiu para se testar um modelo, a partir de dados sociodemográficos de um grupo de MPEs e de seus gestores, situadas numa área de localização pouco explorada em estudos, ou seja, a rural e turística.

Referências bibliográficas

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES. (2016). Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4261/1/Cartilha%20MPME%202015.pdf>. Acesso em 04/07/2016.
- Bolognesi, R., & Prado, R.C.S. (2016). Ética e responsabilidade social nas microempresas e empresas de pequeno porte de Mogi Guaçu: uma pesquisa de campo. *Revista Universitas*, 9 (16): 73-93.
- Bomfim, E.T., Teixeira, W.S., & Callado, A.L.C. (2013). Utilização de indicadores de desempenho em micros e pequenas empresas: um estudo em empresas localizadas em João Pessoa- PB. *Desafio Online*, Campo Grande, 1 (1): 1-17.
- Bortoluzzi, S. C., Ensslin, S. R., Ensslin, I., & Rodrigues, E. (2010). Práticas de avaliação de desempenho organizacional em pequenas e médias empresas: investigação em uma empresa do porte médio do ramo moveleiro. *Revista produção online*, 10 (3): 551-576.
- Brasil. Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações. (2006). Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 27/02/2017.
- Broilo, P. L., Silva, R.G.S., Frio, R.S., Olea, P.M., & Nodari, C.H. (2014). Abordagens mistas na pesquisa em administração: uma análise bibliométrica do uso de multimétodos no Brasil. *Revista Administração Ensino e Pesquisa - RAEP*, 16 (1): 9-39.
- Cardoso, J. F. & Raimundo, P. J. (2014). Índices de desempenho para micro e pequenas empresas: um estudo no segmento de alimentação fora do lar. *Revista Empreendedorismo, Gestão e Negócios*, 3 (3): 189-208.
- Carneiro, J. M. T., Silva, J. F., Rocha, A. M.C. & Hemais, C. A. Mensuração do Desempenho Organizacional: Questões Conceituais e Metodológicas. In: II Encontro de estudos em estratégia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2005. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2005/2005_3ESTC%202.PDF. Acesso em 19/05/2016.
- Carvalho, J.R.M., Rego, T.F. & Santos, W.C. (2010). Uma análise dos fatores de desempenho financeiro: o caso das lojas americanas. *Qualitas Revista Eletrônica*, 9, (1): 1-15.
- Caten, C.S., Pandolfi, C., & Rodrigues, C.M.C. (2016). Análise do instrumento de avaliação de cursos em uma instituição de ensino superior da serra gaúcha. *Revista GUAL*, 9 (2): 301-319.
- Conferência Internacional do Trabalho. 104ª Sessão, Genebra. (2015). Recuperado de: <http://www.dgert.gov.pt/conferencia-internacional-do-trabalho-2016#more-2523>. Acesso em: 12/12/2016.
- Corona, H.M.P. (2011). A agricultura familiar na RMC: um olhar sobre a relação ambiente e sociedade a partir da comunidade de mergulhão. *Redes*, vol. 16, nº 3: 138-156.
- Cruz, J.E., & Porto, R.B. (2015). Desempenho social e financeiro de pequenas e médias empresas: modelo conceitual de causa e efeito. *Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE*, 15 (2): 52-68.
- Dutra, A., Ripoll-Feliu, V. M., Ensslin, S. R., Ensslin, L., & Taliani, E. T. C. (2014). Indicadores de Avaliação do Desempenho Português: Uma Análise a Partir da Literatura Científica. *Anais do Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 28.
- Elias, R. F.S.C., & Paldes, R. A. (2015). Análise comparativa das exigências necessárias para abertura de microempresas no Brasil e no

Canadá. Revista Universitas Gestão e TI, Brasília, 5 (1): 55-65.

Espejo, M.S.B., & Leite, H.O. (2016). Desempenho de micro e pequenas empresas: um estudo a luz das características do empreendedor- gestor e do controle gerencial. In: X Congresso Anpcont. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://congressos.anpcont.org.br/x/anais/files/2016-05/ccg374.pdf>. Acesso em 14/08/2016.

Figueiredo, F. Pequenas empresas e regime diferenciado de contratação. Publicações CEDIPRE ONLINE. 13, Disponível em: Coimbra, setembro 2012. Disponível em: http://www.cedipre.fd.uc.pt/publicacoes/online/public_13.pdf. Acesso em: 14/09/2016.

Francisco, J. R. S., % Erculano, P. H. (2015). A percepção dos gestores das micro e pequenas empresas sobre o gerenciamento das informações contábeis. In: XII SEGET - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/31022348.pdf>. Acesso em: 17/04/2016.

Franceschini, F.; Galetto, M.; Maisano, D.; Mastrogiacomo, L. (2008). Properties of performance indicators in operations management: A reference framework. International Journal of Productivity and Performance Management, 57, (2): 137-155.

Freire, D.A.L. (2016) Análise do Potencial de Crescimento das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) Brasileiras. Revista da Micro e Pequena Empresa, 10 (1): 12-28.

Gil, A.C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

Hair Jr, J. F, Celsi, M. W, Ortinau, D. J., & Bush, R. P. (2016) Fundamentos de Pesquisa de Marketing. 3ª. ed. Porto Alegre: AMGH.

Haubert, F.L.C., & Nascimento, M. (2013). Avaliação de desempenho de micro e pequenas empresas fundamentada na metodologia mcda-c na cidade de Lages. Future Studies Research Journal, 5(2): 79-112.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. (2012). Micro e Pequenas Empresas Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/11763.pdf>. Acesso em 17/05/2016.

Landry, S., & Schiehll, E. (2014). Percepção de Controlabilidade e Equidade da Avaliação de Desempenho. Revista Brasileira de Gestão e Negócios, 16, (52): 484-503.

Lemos, A.Q., & Picchiali, D. (2014) Práticas de Gestão e Desempenho Financeiro: Um Estudo Realizado em Empresas da Região de Campo Limpo Paulista. Editora Unijuí, 12 (25): 279- 311.

Leone, R. J.G, & Leone, N.M. (2012). Pequenas e médias empresas: contribuições para a discussão sobre por que e como medir o seu tamanho. Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar - RaUnP, 4 (1): 67-83.

Lopes Júnior, E.P. & Camaras. F. (2017). Análise de cluster do setor de confecção utilizando indicadores de desempenho. Desenvolve-Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas, 6, (1): 31-43.

Lugoboni, L.F., Zittei, M.V.M., Santos, S.M., & Corrêa M.L. (2014). Avaliação de desempenho organizacional: Medição de desempenho de Micro e Pequenas Empresas. In: EGEPE- Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas. Empresas, Goiânia. Disponível em de: <http://www.egepe.org.br/2016/artigos-gegepe/390.pdf>. Acesso em: 17/11/2016.

Macedo, M.A.S., Marques, J.A.V.C., & Ribeiro, M.G.C. (2012). Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. Revista de Contabilidade e Organizações, 6(15): 60-79.

Malhotra, N. (2012). Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6ª. ed. Porto Alegre: Bookman.

Maroco, J. (2014). Análise estatística com o SPSS Statistics. 6ª. ed. Pero Pinheiro: Report Number.

Mello, L. C. B. de; Amorim, S. R. L. de; Bandeira, R. A. M. (2008). Um sistema de indicadores para comparação entre organizações: o caso das pequenas e médias empresas de construção civil. Gest. Prod., 15, (2): 261-274.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). 2012. Relação anual de informações sociais. RAIS. Brasília: Base de Dados Estatísticos. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>. Acesso em: 21/09/2016.

Nascimento, S. do, Bortoluzzi, S.C., Dutra, A., & Ensslin, S.R. (2011). Mapeamento dos indicadores de desempenho organizacional em pesquisas da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo no período de 2000 a 2008. Rev. Adm., São Paulo, 46 (4): 373-391.

Palma, E. P., Gomes, C. M., Kneipp, J. M., & Rosa, L. A. B. (2014). Estratégias de negócios sustentáveis e desempenho exportador: uma análise em empresas do setor de gemas e joias. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 16(50): 25-42.

Pedersen, E. R. G., & Sudzina, F. (2012). Which firms use measures? Internal and external factors shaping de adoption of performance measurement systems in Danish firms. International Journal of Operations e Production Management, 32 (1): 4-27.

Penalozza, V., & Figueiredo, F. C. (2011). Fatores que influenciam a estrutura de capital em micro e pequenas empresas. Revista Pretexto, 12 (1): 9-28.

Raifur, L.(2013). Fatores determinantes do desempenho de pequenas e médias empresas da região Centro-sul do Estado do Paraná. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Reis Neto, J. F. D., Muñoz. G., P. A., Souza, C. C., & Rodrigues, W. O. P. (2013). As conexões entre orientação empreendedora, capacidade de marketing e a percepção do desempenho empresarial: evidências empíricas das micro e pequenas empresas varejistas. Revista de Administração Mackenzie, 14 (3): 236-271.

Ribeiro, M.G.C. (2012). Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: Um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. Revista de Contabilidade e Organizações, 6 (15): 60-79.

Santana, E.N., Cunha, L.P., & Mariz, F. B. A. R. (2016). Indicadores de desempenho para micro e pequenas empresas: análise da literatura e estudo de caso. In: XXXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, João Pessoa, Paraíba, Brasil. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_226_324_30153.pdf. Acesso em: 04/03/2017.

Santos, L., M.; dos; Silva, G. M. & Neves, J. A.B. Risco de Sobrevivência de Micro e Pequenas Empresas Comerciais. Revista de Contabilidade e Organizações-RCO Ribeirão Preto, 5, (11): 107-124.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Associação do Caminho do Vinho – ACAVIM. (2017). Disponível em: <http://www.caminhodovinho.tur.br/>. Acesso em: 10/10/2016.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo- SICTUR. (2016). Disponível em: <http://www.sjp.pr.gov.br/secretarias/secretaria-industria-comercio-e-turismo/caminho-do-vinho/>. Acesso em: 14/09/2016.

Schmidt, S. & Bohnenberger, M.C. (2009). Perfil Empreendedor e Desempenho Organizacional. RAC, Curitiba, 13, (3): 450-467.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE. (2014). Evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil. Brasília. Disponível em:

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/\\$File/5175.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/$File/5175.pdf).

Acesso em 10/03/2016.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE. (2013). Os donos dos negócios no Brasil. Brasília. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/DN_regiao_unidades_federa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 27/02/2017.

Souza, G.H, Felix, L.A., Lagioia, U.C.T., Gabriel, J., & Araújo, N. (2016). Desempenho Financeiro e Divulgação de Informações sobre Recursos Humanos: uma Análise das Empresas do IBrX. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, 10 (1): 90-105.

Souza, A.E., & Correa, H.L. (2014). Indicadores de desempenho em pequenas e médias empresas. RPCA, Rio de Janeiro, 8 (3): 118-136.

Souza, M.C.A.F., Mazzali, L., Silveira, R.L.F., & Bacic, M.J. (2014). Pequenas empresas industriais de longa permanência no mercado: uma análise a partir da literatura e de evidências empíricas. Revista Gestão e Produção, 21 (1): 157-170.

SPATH, D. et al. (2010). Hybrid planning tool in the adaptive design of lean methods. Hybrides Planungswerkzeug zur adaptiven Auslegung von Lean-Methoden, 106, (6): 413-417.

Wegner, D., & Misocsky, M.C. (2010). Avaliação de desempenho de redes de pequenas empresas: contribuições da abordagem da produção de sentido. Revista O&S, 17 (53): 345-361.

Vergara, S. C. (2014). Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 15. ed. São Paulo: Atlas.

Schmidt, S. & Bohnenberger, M.C. (2009). Perfil Empreendedor e Desempenho Organizacional. RAC, Curitiba, 13, (3): 450-467.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE. (2014). Evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil. Brasília. Disponível em:

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/\\$File/5175.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/$File/5175.pdf).

Acesso em 10/03/2016.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE. (2013). Os donos dos negócios no Brasil. Brasília. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/DN_regiao_unidades_federa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 27/02/2017.

Souza, G.H, Felix, L.A., Lagioia, U.C.T., Gabriel, J., & Araújo, N. (2016). Desempenho Financeiro e Divulgação de Informações sobre Recursos Humanos: uma Análise das Empresas do IBrX. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, 10 (1): 90-105.

Souza, A.E., & Correa, H.L. (2014). Indicadores de desempenho em pequenas e médias empresas. RPCA, Rio de Janeiro, 8 (3): 118-136.

Souza, M.C.A.F., Mazzali, L., Silveira, R.L.F., & Bacic, M.J. (2014). Pequenas empresas industriais de longa permanência no mercado: uma análise a partir da literatura e de evidências empíricas. Revista Gestão e Produção, 21 (1): 157-170.

Spath, D. et al. (2010). Hybrid planning tool in the adaptive design of lean methods. Hybrides Planungswerkzeug zur adaptiven Auslegung von Lean-Methoden, 106, (6): 413-417.

Wegner, D., & Misocsky, M.C. (2010). Avaliação de desempenho de redes de pequenas empresas: contribuições da abordagem da produção de sentido. Revista O&S, 17 (53): 345-361.

Vergara, S. C. (2014). Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 15. ed. São Paulo: Atlas.

1. Mestre em Administração pela Faculdade de Campo Limpo Paulista- Faccamp: adiljacosta@yahoo.com.br

Revista ESPACIOS. ISSN 0798 1015
Vol. 39 (Nº 14) Ano 2018

[Índice]

[No caso de você encontrar quaisquer erros neste site, por favor envie e-mail para webmaster]

©2018. revistaESPACIOS.com • ®Derechos Reservados